ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 33.256.439/0001- 39

NIRE 35.300.109.724

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de abril de 2025

Data, Hora e Local:

Aos 16 de abril de 2025, às 14h, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 30 de março de 2022 (“RCVM 81”). Nos termos do artigo 5º, §3º da RCVM 81, esta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A. (“Assembleia” e “Companhia”, respectivamente) foi considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01317-910.

Presença:

Participaram da Assembleia Geral Ordinária acionistas representando 77,8% do capital social da Companhia e da Assembleia Geral Extraordinária acionistas representando 77,9% do capital social da Companhia, conforme se verifica dos registros do sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia, nos termos do artigo 47, inciso III da RCVM 81, ou exercendo o seu direito de participação à distância, na forma do artigo 121, parágrafo único da Lei 6.404/76 e do artigo 47, inciso II da RCVM 81.

Participaram, ainda: (i) o Presidente do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Jorge Marques de Toledo Camargo; (ii) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, o Sr. Rodrigo de Almeida Pizzinatto; (iii) o coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos, o Sr. José Mauricio Pereira Coelho; (iv) o membro do Conselho Fiscal da Companhia, o Sr. Flavio Cesar Maia Luz; e ainda, (v) o Sr. Daniel Correa de Sá, inscrito no

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

CRC sob o nº 1 SP 248616/O-3, representando a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., auditores independentes da Companhia.

Publicações:

Edital de Convocação: publicado no jornal Valor Econômico, nas versões impressa e online, nos dias 17, 18 e 19 de março de 2024, em cumprimento ao disposto no artigo 124 c/c artigo 289 da Lei 6.404/76, conforme alterada.

Aviso aos Acionistas: dispensada a publicação, tendo em vista a publicação dos documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76 no Valor Econômico, no dia 28 de fevereiro de 2025, em caderno especial, nas páginas B3, B4, B5 e B6 em cumprimento ao disposto no artigo 124 c/c artigo 289 da Lei 6.404/76, conforme alterada.

Mesa:

Presidente – Luiz Antonio de Sampaio Campos.

Secretária – Marina Guimarães Moreira Mascarenhas.

Ordem do Dia:

De acordo com o Edital de Convocação publicado.

Deliberações:

1. Nos termos do parágrafo único do artigo 46-C da RCMV 81, o presidente de mesa informou a disponibilidade do mapa de votação sintético consolidado para consulta e não houve solicitação de leitura por parte de qualquer acionista. Em seguida, por unanimidade dos presentes, foi aprovada a lavratura da presente ata em forma de sumário, conforme dispõe o artigo 130, § 1º da Lei 6.404/76, e autorizada a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, na forma do §2º do mesmo artigo, ficando as declarações de voto recebidas pela Mesa devidamente arquivadas na sede social da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária:

2. Aprovados por maioria de votos, sem emendas ou ressalvas, o relatório e as contas dos administradores da Companhia, bem como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas, devidamente acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, com a abstenção dos legalmente impedidos.

3. Aprovada por maioria de votos, sem emendas ou ressalvas, a destinação do lucro líquido do período encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 2.362.739.882,29 (dois bilhões, trezentos e sessenta e dois milhões, setecentos e trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e dois reais e vinte e nove centavos), conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, nos termos abaixo:

- a) R\$ 118.136.994,11 (cento e dezoito milhões, cento e trinta e seis mil, novecentos e noventa e quatro reais e onze centavos) destinados à reserva legal;
- b) R\$ 1.475.331.276,73 (um bilhão, quatrocentos e setenta e cinco milhões, trezentos e trinta e um mil, duzentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos) destinados à reserva estatutária para investimento; e
- c) R\$ 769.271.611,45 (setecentos e sessenta e nove milhões, duzentos e setenta e um mil, seiscentos e onze reais e quarenta e cinco centavos) destinados ao pagamento de dividendos aos acionistas da detentores de ações ordinárias da Ultrapar, dos quais (i) R\$ R\$ 275.970.941,50 (duzentos e setenta e cinco milhões, novecentos e setenta mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos) foram pagos como dividendos intermediários de acordo com a deliberação deste Conselho de Administração em 07 de agosto de 2024, na proporção de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por ação; e (ii) 493.300.669,95 (quatrocentos e noventa e três milhões,

trezentos mil, seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos) serão pagos aos acionistas como saldo remanescente dos dividendos ora aprovados, a partir do dia 14 de março de 2025, na proporção de R\$ 0,45 por ação, conforme deliberação do Conselho de Administração de 26 de fevereiro de 2025.

4. Aprovada por maioria de votos, sem emendas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a fixação do número de 9 membros para compor o Conselho de Administração para o mandato iniciando nesta data.

5. Aprovada por maioria de votos, sem ressalvas ou emendas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a eleição da chapa composta pelos membros do Conselho de Administração abaixo qualificados, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2027, que apreciará os documentos a que se refere o art. 133, da Lei 6.404/76, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026:

- **FABIO VENTURELLI**, membro independente, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.147.832-4-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 114.256.038-40, com endereço profissional na Rua Geraldo Flausino Gomes, nº 61, Cidade Monções, na Cidade e Estado de São Paulo;
- **FLÁVIA BUARQUE DE ALMEIDA**, membro independente, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 13.146.760-8-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 149.008.838-59, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 22º andar, na Cidade e Estado de São Paulo;
- **FRANCISCO DE SÁ NETO**, membro independente, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.723.624-25-SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 359.663.195-53,

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

com endereço residencial na Rua Jacurici, 73, apto. 17A, na Cidade e Estado de São Paulo;

- **JORGE MARQUES DE TOLEDO CAMARGO**, membro independente, brasileiro, casado, geólogo, portador da Cédula de Identidade RG nº 293.644-SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 114.400.151-04, com endereço profissional na Rua Almirante Sadock de Sá, nº 370/101, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro;
- **JOSÉ MAURICIO PEREIRA COELHO**, membro independente, brasileiro, casado, bancário e contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 06.109.071-81-IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 853.535.907-91, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, nº 1.343, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo;
- **MARCELO FARIA DE LIMA**, membro independente, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.952.648-3/IFP-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 715.269.947-04, com endereço profissional na Rua Nigéria, nº 36, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo;
- **MARCOS MARINHO LUTZ**, membro não independente, brasileiro, casado, engenheiro naval, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.649.492-9/SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 147.274.178-12, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, nº 1.343, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo;
- **PETER PAUL LORENÇO ESTERMANN**, membro não independente, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG nº 206.922.023-1/SSP-RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 279.185.726-53, com endereço profissional na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 9ª andar, na Cidade e Estado de São Paulo; e
- **VÂNIA MARIA LIMA NEVES**, membro independente, brasileira, casada, executiva de tecnologia, portadora da Cédula de Identidade RG nº

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

06272246-7 e inscrita no CPF/ME sob o n.º 849481757-49, com endereço na Av. Comandante Julio de Moura, 948/102, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Foi consignado que, nos termos da Proposta da Administração para a Assembleia, as Sras. Flávia Buarque de Almeida e Vânia Maria Lima Neves e os Srs. Fabio Venturelli, Francisco de Sá Neto, Jorge Marques de Toledo Camargo, José Mauricio Pereira Coelho e Marcelo Faria de Lima, caracterizam-se como conselheiros independentes nos termos da definição prevista no Regulamento do Novo Mercado e no Anexo K da Resolução CVM 80/22.

6. Aprovado por maioria de votos, sem emendas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, o limite máximo global para a remuneração dos administradores da Companhia para o período compreendido entre maio de 2025 e abril de 2026 em R\$ 105.000.000,00 (cento e cinco milhões de Reais), nos termos da Proposta da Administração, divulgada ao mercado e arquivada na sede da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

7. Aprovada por maioria de votos, sem emendas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a homologação da alteração do número de ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia, dentro do limite autorizado previsto no Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia quando da incorporação da totalidade das ações de emissão da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. pela Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2014, com a consequente homologação da modificação do capital social da Companhia, que passou de 1.115.404.268 (um bilhão, cento e quinze milhões, quatrocentos e quatro mil, duzentas e sessenta e oito) para 1.115.507.182 (um bilhão, cento e quinze milhões, quinhentas e sete mil, cento e oitenta e uma) ações

ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, e seu reflexo no Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

8. Aprovado por maioria de votos, sem emendas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 1.365.348.231,82 (um bilhão, trezentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e um Reais e oitenta e dois centavos), sem a emissão de novas ações, mediante a incorporação ao capital social de parte dos recursos registrados na reserva estatutária para investimentos, considerando que o saldo das reservas de lucros ultrapassou o capital social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

9. Aprovadas por maioria de votos, sem emendas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, as alterações do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração, divulgada ao mercado em 14 de março de 2025, relativas a alteração de competência do Conselho de Administração da Companhia, para: (i) excluir a competência do órgão de aprovar acordos de acionistas de controladas dado que esta atribuição passou a ser responsabilidade dos Conselhos de Administração de cada controlada; e (ii) dar mais clareza e orientação nos temas relacionados a transações com partes relacionadas e endividamento com terceiros que não necessitam de aprovação prévia do Conselho de Administração da Ultrapar e consequente alteração do Estatuto Social da Companhia. As referidas alterações foram incluídas na versão consolidada do Estatuto Social constante do Anexo II a esta ata

10. Aprovada por maioria de votos, sem emendas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a consolidação do Estatuto Social, nos termos do Anexo II, refletindo as deliberações ora aprovadas.

Observações Gerais e Encerramento:

O Presidente da Mesa registra que (i) os trabalhos da Assembleia foram gravados, sendo que a gravação ficará arquivada na sede da Companhia, nos termos do artigo 28, §1º, II e artigo 30, §1º da RCVM 81; (ii) recebeu manifestações de votos, incluídas as manifestações do The Bank of New York Mellon, na qualidade de depositário dos American Depositary Receipts lastreados em ações, com a respectiva tabulação dos votos, as quais ficam arquivadas na sede da Companhia, acompanhando a presente ata; e (iii) após a solicitação do Presidente no início desta Assembleia, a Gestora BC Gestão de Recursos Ltda. manifestou interesse em alterar as instruções de voto enviadas nos boletins de voto à distância pelos fundos por ela representados.

- Em cumprimento ao artigo 22, §5º e ao artigo 33, §4º da RCVM 80, o total de aprovações, rejeições e abstenções computadas na votação de cada item da ordem do dia encontra-se indicado no Anexo I, o qual, para todos os efeitos, deve ser considerado como parte integrante da presente ata.
- Os membros do Conselho de Administração ora eleitos, tomarão posse nesta data mediante assinatura dos respectivos termos de posse arquivados na sede da Companhia e, consultados anteriormente, apresentaram declaração de que: (i) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do Artigo 147 da Lei 6.404/76; (ii) não estão condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os torne inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do Artigo 147 da Lei 6.404/76; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Artigo 147 da Lei 6.404/76; (iv) não ocupam cargos em sociedades que possam ser consideradas

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

concorrentes no mercado com a Companhia; e (v) não têm interesse conflitante com a Companhia, de acordo com o Artigo 147 da Lei 6.404/76 e com a Resolução CVM 80/22, tendo suas respectivas declarações sido também arquivadas na sede da Companhia. O novo membro eleito declara estar integralmente ciente das políticas corporativas da Companhia, incluindo a Política de Divulgação de Fatos Relevantes e Negociação de Valores Mobiliários.

Nada mais havendo a tratar, deram-se por terminados os trabalhos e lavrada a presente Ata que foi assinada pelo Presidente e pela Secretária, e tida como assinada pelos participantes, tanto por meio da plataforma digital quanto por meio do envio de boletins de voto a distância, nos termos do Artigo 47, §1º da RCVM 81.

MESA PRESENTE VIA PARTICIPAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 28, PARÁGRAFO 5º, DA RCVM 81:

Presidente: Luiz Antonio de Sampaio Campos

Secretária: Marina Guimarães Moreira Mascarenhas

ACIONISTAS PRESENTES VIA PARTICIPAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 47, PARÁGRAFO 1º DA RCVM 81:

ULTRA SA PARTICIPACOES
PARTH DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA.
CHRISTY PARTICIPACOES LTDA
IGELPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
BETTINA IGEL HOFFENBERG
JENNINGS LUIS IGEL HOFFENBERG
PEDRO IGEL DE BARROS SALLES
MARCIA IGEL JOPERT
MARCOS MARINHO LUTZ
RODRIGO DE ALMEIDA PIZZINATTO

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

MANSLU LLC

BRASIL CAPITAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

BRASIL CAPITAL 30 MASTER FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES

BRASIL CAPITAL 70 XP SEGUROS ADVISORY PREVIDÊNCIA FUNDO DE
INVESTIMENTOS MULTIMERCADO

BRASIL CAPITAL PREVIDENCIÁRIO ITAÚ MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM
AÇÕES

BRASIL CAPITAL PREV I MASTER FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES

BRASIL CAPITAL 30 MASTER BR FIA

BRASIL CAPITAL MASTER 30 II FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

BRASIL CAPITAL MASTER B PREV FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES

BRASIL CAPITAL BRASILPREV FIFA FIA

BRASIL CAPITAL FIFE FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES

ANTONIA CLIUCY PIRES CHAVES

RABO DE PEIXE TRANSPORTES, SERVIÇOS MARÍTIMOS E EMPREENDIMENTOS
TURÍSTICOS LTDA.

VIC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

ROSANE MORAES COUTINHO DE OLIVEIRA

AMUNDI INDEX SOLUTIONS

GEMCAP INVESTMENT FUNDS (IRELAND) PLC - THIRD AVENUE GLOBAL VALUE
FUND

IT NOW IBOVESPA B3 BR+ FUNDO DE ÍNDICE RESPONSABILIDADE LIMITADA

IT NOW IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE

IT NOW IGCT FUNDO DE INDICE

IT NOW ISE FUNDO DE INDICE

IT NOW PIBB IBRX-50 FUNDO DE ÍNDICE

ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI

ITAU CAIXA ACOES FI

ITAÚ EXCELÊNCIA SOCIAL AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL

ITAU FTSE RAFI BRAZIL 50 CAPPED INDEX FIA

ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO
SUSTENTÁVEL

ITAÚ HUNTER TOTAL RETURN MULTIMERCADO FI

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

ITAU IBOVESPA ATIVO MASTER FIA
ITAÚ IBRX ATIVO MASTER FIA
ITAÚ INDEX AÇÕES IBOVESPA FI
ITAU INDEX ACOES IBRX FI
ITAÚ MASTER GLOBAL DINÂMICO MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO
ITAÚ MASTER GLOBAL DINÂMICO MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO -
GOLFGD_CCI
ITAÚ MASTER GLOBAL DINÂMICO ULTRA MULTIMERCADO FUNDO DE
INVESTIMENTO
ITAÚ MASTER HUNTER LONG ONLY FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM
AÇÕES – RESPONSABILIDADE
ITAÚ MOMENTO II AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO
ITAU PHOENIX ACOES FI
ITAÚ PREVIDÊNCIA IBRX FIA
ITAÚ SIRIUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
ITAÚ VÉRTICE OMNI FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULTIMERCADO
RESPONSABILIDADE
LBPAM ISR ACTIONS EMERGENTS
STICHTING PENSIOENFONDS VAN DE KAS BANK
THE BANK OF NEW YORK

**ACIONISTAS QUE EXERCERAM O VOTO ATRAVÉS DO BOLETIM DE VOTO À
DISTÂNCIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 31 DA RCVM 81:**

CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM
LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD
OREGON PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM
ADVISORS INNER CIRCLE FUND-ACADIAN E.M.PORTF
CIBC EMERGING MARKETS INDEX FUND
DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND
EMPLOYEES RET SYSTEM OF THE STATE OF HAWAII
RUSSELL TR COMPANY COMMINGLED E. B. F. T. R. L. D. I. S.
IBM 401 (K) PLUS PLAN
INVESCO FUNDS

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

LELAND STANFORD JUNIOR UNIVERSITY
MANAGED PENSION FUNDS LIMITED
BLACKROCK GLOBAL FUNDS
NORGES BANK
PACIFIC SELECT FUND
AVIVA INVESTORS
PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO
RUSSELL INVESTMENTS INTERNATIONAL SHARES FUND
RUSSEL INVESTMENT FUNDS NON.US. FUND
EURIZON CAPITAL S.A.
STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS
STICHTING PHILIPS PENSIOENFONDS
PARAMETRIC TAX-MANAGED EMERGING MARKETS FUND
TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS
TEACHERS RETIREMENT ALLOWANCES
CONSULTING GROUP CAPITAL MKTS FUNDS EMER MARKETS EQUITY FUND
THE EMERGING M.S. OF THE DFA I.T.CO.
THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE
VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC
ACADIAN EMEMRGING MARKETS EQUITY FUND
AEGON CUSTODY BV
SSGA MSCI BRAZIL INDEX NON-LENDING QP COMMON TRUST FUND
CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC
CITY OF PHILADELPHIA PUB EMPLOYEES RET SYSTEM
FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND
RUSSELL INVESTMENT COMPANY - RUSSELL I D MARKETS FUND
STATE STREET VARIABLE INSURANCE SERIES FUNDS, INC
LEGAL AND GENERAL ASSURANCE SOCIETY LIMITED
OMERS ADMINISTRATION CORPORATION
ABERDEEN INV FUNDS ICVC III - ABERDEEN GLOBAL EMERG M Q E FD
IN BK FOR REC AND DEV,AS TR FT ST RET PLAN AND TR/RSBP AN TR
STATE OF ALASKA RETIREMENT AND BENEFITS PLANS
STATE OF MINNESOTA STATE EMPLOYEES RET PLAN

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM
ALBERTA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION
USAA INTERNATIONAL FUND
WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD
RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY
LOS ANGELES COUNTY EMPLOYEES RET ASSOCIATION
1199 HEALTH CARE EMPLOYEES PENSION FUND
BLUE SHIELD OF CALIFORNIA EM RT PLAN THE
SEI INST INVEST TR WORLD EQ EX-US FUND
CALIFORNIA PHYSICIANS SERVICE D/B/A BLUE SHIELD O
FORD MOTOR CO DEFINED BENEF MASTER TRUST
FORD MOTOR COMPANY OF CANADA, L PENSION TRUST
INTERNATIONAL MONETARY FUND
SALT RIVER PIMA-MARICOPA INDIAN C
TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS
TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OKLAHOMA
ACADIAN INTERNATIONAL ALL-CAP FUND
HOSPITAL AUTHORITY PROVIDENT FUND SCHEME
UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS
SUPERANNUATION FUNDS MANAGEMENT CORPORATION OF S AUSTRALIA
ACADIAN ALL COUNTRY WORLD EX US FUND
BOARD OF PENSIONS OF THE EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMER
COLONIAL FIRST ST WHOLESALE ACADIAN GLO EQ FD
JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST INTERN EQUITY INDEX TRUST
NTGI QUANTITATIVE MANAGEMENT COLLEC FUNDS TRUST
RUSSEL INVESTMENTS GLOBAL EQUITY POOL
THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA
EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU
DUKE POWER CO EMPLOYEE RETIREMENT PLAN
ALASKA PERMANENT FUND
CITY OF NEW YORK GROUP TRUST
BLACKROCK LIFE LIMITED - DC OVERSEAS EQUITY FUND
THE SEVENTH SWEDISH NATIONAL PENSION FUND - AP7 EQUITY FUND

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

STICHTING PENSIOENFONDS HOOGOVS
ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY
NTGI QM COMMON DAILY ALL COUNT WORLD EXUS EQU INDEX FD LEND
ABU DHABI RETIREMENT PENSIONS AND BENEFITS FUND
UNIVERSAL INVEST LUXEMBOURG SA ON BEHALF OF UNIVEST
STANLIB FUNDS LIMITED
NORTHERN EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND
THE NOMURA T AND B CO LTD RE I E S INDEX MSCI E NO HED M FUN
ACTIVE M INTERNATIONAL EQUITY FUND
MGI FUNDS PLC
CHEVRON UK PENSION PLAN
ISHARES MSCI BRAZIL ETF
SPDR SP EMERGING MARKETS ETF
NEW IRELAND ASSURANCE COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY
NATIONAL RAILROAD RETIREMENT INVESTMENT TRUST
MONTANA BOARD OF INVESTMENTS
E-L FINANCIAL CORPORATION LIMITED
NEW YORK STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM
VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM
BTG PACTUAL MULTI ACOES FIA
COUNTY EMPLOYEES ANNUITY AND BENEFIT FD OF THE COOK COUNTY
RUSSELL INVESTMENT COMPANY GLOBAL EQUITY FUND
INTERNACIONAL EQUITY FUND - SEI CANADA
ACADIAN GLOBAL MARKET NEUTRAL FUND, LLC
CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD
FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS
IPROFILE INTERNATIONAL EQUITY PRIVATE POOL
BTG PACTUAL ABSOLUTO FIA PREVIDENCIARIO
NATIONAL COUNCIL FOR SOCIAL SECURITY FUND
IVESCO FTSE RAFI EMERGING MARKETS ETF
RUSSEL OVERSEAS EQUITY POOL
NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC
BRITISH COLUMBIA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

ISHARES MSCI BRIC ETF
PEOPLE S BANK OF CHINA
PUBLIC SECTOR PENSION INVESTMENT BOARD
AXA WORLD FUNDS - FRAMLINGTON EMERGING MARKETS
SQUADRA MASTER LONG ONLY FIA
THE BOEING COMPANY EMPLOYEE SAVINGS PLANS MASTER TRUST
SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS LARGE COMPANY INDEX FUND
COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND
SQUADRA MASTER LONG BIASED FIA
COMMONWEALTH EMERGING MARKETS FUND 2
LEGAL & GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST
VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF
THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA
RUSSELL INSTITUTIONAL FDS, LLC - RI EQUITY FD
FEBE VALOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES
ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY
NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF - LENDING
SEI INSTITUTIONAL INVESTMENTS TRUST SWE EX-US FUND
HARTFORD INTERNATIONAL CAPITAL APPRECIATION FUND
AMERICAN HEART ASSOCIATION, INC.
GAM MULTISTOCK
CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. RE: EMERG EQUITY PASSIVE MOTHR F
ACADIAN EMERGING MARKETS EQUITY II FUND, LLC
CENTRAL PROVIDENT FUND BOARD
CUSTODY B.O.J,L..AS.T.F.S.E.E.INDEX MOTHER FUND
PACIFIC SELECT FUND - PD EMERGING MARKETS PORTFOLIO
ARIZONA PSPRS TRUST
FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SERIES G EX US I FD
SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF
ISHARES MSCI EMERGING MARKETS ETF
THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK
INVESCO MARKETS III PLC - INVESCO FTSE RAFI ALL-WORLD 3000 U
INVESCO MARKETS III PLC - INV FTSE RI EMERGING MARK U ETF

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

COX ENTERPRISES INC MASTER TRUST
CHANG HWA CO BANK, LTD IN ITS C AS M CUST OF N B FUND
QSUPER
BMO MSCI EMERGING MARKETS INDEX ETF
WELLINGTON TRUST COMPANY N.A.
NTGI-QM COMMON DAILY EMERGING MARKETS EQUITY I F- NON L
THE HARTFORD INTERNATIONAL VALUE FUND
TIAA-CREF FUNDS - TIAA-CREF EMERGING MARKETS EQUITY I F
LEGAL & GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND
CUSTODY B. OF J. LTD. RE: STB D. E. E. F. I. M. F.
BNYM MELLON CF SL EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND
NUVEEN/SEI TRUST COMPANY INVESTMENT TRUST
GUEPARDO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES
SSGA MSCI ACWI EX-USA INDEX NON-LENDING DAILY TRUST
FIRST TRUST BRAZIL ALPHADEX FUND
SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC
VERIZON MASTER SAVINGS TRUST
EATON VANCE TR CO CO TR FD - PA STR EM MKTS EQ COM TR FD
TEXAS MUNICIPAL RETIREMENT SYSTEM
VERDIPAPIRFONDET KLP AKSJE FREMVOKSENDE MARKEDER INDEKS I
TOTAL INTERNATIONAL EX U.S. I MASTER PORT OF MASTER INV PORT
ISHARES MSCI ACWI EX U.S. ETF
ISHARES MSCI ACWI ETF
NAT WEST BK PLC AS TR OF ST JAMES PL GL EQUITY UNIT TRUST
FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY E M INDEX FUND
FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY G EX U.S INDEX FUND
EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS
GUEPARDO INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES
DWS ADVISORS EMERGING MARKETS EQUITIES-PASSIVE
ISHARES EMERGING MARKETS FUNDAMENTAL INDEX ETF
VOYA EMERGING MARKETS INDEX PORTFOLIO
VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY
AXA OR ET MATIERES PREMIERES

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

MERCER QIF FUND PLC
JEFFREY LLC
ONEPATH GLOBAL EMERGING MARKETS SHARES(UNHEDGED) INDEX POOL
ASCENSION ALPHA FUND, LLC
SQUADRA TEXAS LLC
COMMONWEALTH SUPERANNUATION CORPORATION
DOW RETIREMENT GROUP TRUST
SQUADRA HORIZONTE FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES
FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II: STRATEGIC A E M FUND
FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F
ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF
ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF
BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL MASTER FIA
BLACKROCK GLOBAL INDEX FUNDS
EVTG CIT FOF EBP-EVTG PARAMETRIC SEM CORE EQUITY FUND TR
FPRV SQA SANHACO FIA PREVIDENCIARIO
KAPITALFORENINGEN SAMPENSION INVEST, GEM ENHANCED
SCOTTISH WIDOWS INVESTMENT SOLUTIONS FUNDS ICVC- FUNDAMENTAL
GENERAL PENSION AND SOCIAL SECURITY AUTHORITY
CONNECTICUT GENERAL LIFE INSURANCE COMPANY
EXELON GENERATION COMP, LLC TAX QUALIFIED NUCLEAR DECOMM PAR
SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS LARGE COMPANY INDEX ETF
CLINTON NUCLEAR POWER PLANT QUALIFIED FUND
RUSSELL TRUST COMPANY COMMINGLED EMPLOYEE BENEFIT FUNDS T
STATE STREET IRELAND UNIT TRUST
BTG PACTUAL DIVIDENDOS MASTER FIA
CCL Q MARKET NEUTRAL FUND
DEUTSCHE X-TRACKERS MSCI ALL WORLD EX US HEDGED EQUITY ETF
XTRACKERS (IE) PUBLIC LIMITED COMPANY
TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE CITY OF NEW YORK
XTRACKERS
FIDELITY INVESTMENT FUNDS FIDELITY INDEX EMERG MARKETS FUND
NORTHERN TRUST COLLECTIVE ALL COUNTRY WORLD I (ACWI) E-U F-L

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS INDEX FUND-LEND
ST STR MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON-LENDING COMM TR FD
ARROWSTREET CAPITAL GLOBAL EQUITY LONG/SHORT FUND LIMITED
SPDR MSCI EMERGING MARKETS STRATEGICFACTORS ETF
MERCER UNHEDGED OVERSEAS SHARES TRUST
KAPITALFORENINGEN INVESTIN PRO, GLOBAL EQUITIES I
BLACKROCK A. M. S. AG ON B. OF I. E. M. E. I. F. (CH)
SSGA SPDR ETFS EUROPE II PUBLIC LIMITED COMPANY
STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO
WM POOL - EQUITIES TRUST NO 74
GENERAL ORGANISATION FOR SOCIAL INSURANCE
LEGAL & GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND
MOBIUS LIFE LIMITED
INTERNATIONAL EXPATRIATE BENEFIT MASTER TRUST
SHELL FOUNDATION
BTG PACTUAL ABSOLUTO PREVIDENCIA FIA
KBI DST EMERGING MARKET ESG FUND
RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS, LLC-RUSSELL GLOBAL EQUITY P F
WILMINGTON MULTI-MANAGER ALTERNATIVES FUND
POOL REINSURANCE COMPANY LIMITED
LEGAL GENERAL U. ETF P. LIMITED COMPANY
LEGAL & GENERAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
RUSSELL INVESTMENT COMPANY RUSSELL TAX-MANAGED INTERNATIONAL
AQR UCITS FUNDS
STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUX SICAV - S S G E M I E FUND
STATE STREET EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND
CC AND L Q 140-40 FUND
THE BOARD OF THE PENSION PROTECTION FUND
NORTHERN TRUST UCITS FGR FUND
VANGUARD INTERNATIONAL HIGH DIVIDEND YIELD INDEX F
STATE TREASURER OF MICH CUSTODIAN OF PUBLIC S EMPL RTMNT S
CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II
FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SAI EMERGING M I FUND

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

GAM INVESTMENT MANAGEMENT (SWITZERLAND) AG F Z I I-Z A E M P
SPDR MSCI EMERGING MARKETS FOSSIL FUEL FREE ETF
ACADIAN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
GUEPARDO FI MULTIMERCADO LONGO PRAZO
FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND
ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY
NORDEA 2 SICAV
VERDIPAPIRFONDET STOREBRAND INDEKS ALLE MARKEDER
VERDIPAPIRFONDET STOREBRAND INDEKS NYE MARKEDER
LEGAL & GENERAL ICAV
CCL Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP
VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F
MINISTRY OF ECONOMY AND FINANCE
JOHN HANCOCK FUNDS II INTERNATIONAL STRATEGIC EQUITY ALLOCAT
CCL MULTI-STRATEGY FUND
CITITRUST LTD A T VANGUARD FDS SERIES VANGUARD INCOME FUND
CITITRUST LIMITED AS T OF A F S A MODERATE GROWTH FUND
CITITRUST LIM AS TR OF BLACK PREMIER FDS- ISH WOR EQU IND FD
FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY FLEX INTERNATIONAL IND
INVESCO POOLED INVESTMENT FUND - GLOBAL STRATEGIC EQUITY FUN
PRUDENTIAL ASSURANCE COMPANY SINGAPORE (PTE) LTD
FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY INTERNATIONAL SUSTAINA
MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS GLOBAL BALANCED DEFENSIVE FU
COMMINGLED PENSION TRUST FUND (EMERGING MARKETS EQUITY INDEX
BLACKROCK BALANCED CAPITAL PORTFOLIO OF BLACKROCK SERIES FUN
ISHARES MSCI EMERGING MARKETS EX CHINA ETF
PIMCO EQUITY SERIES: PIMCO RAFI DYNAMIC MULTI-FACTOR EMERGIN
SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SPARTAN EMERG
EMERGING MARKETS EQUITY INDEX ESG SCREENED FUND B
NEW SOUTH WALLE TR CORP AS TR FOR THE TC EMER MKT SHAR FUND
RUSSELL INVESTMENT MANAGEMENT LTD AS TRUSTEE OF THE RUSSELL
LEGAL GENERAL SCIENTIFIC BETA EMERGING MARKETS FUND, LLC
FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

THE INCUBATION FUND, LTD.
FRANKLIN LIBERTYQT EMERGING MARKETS INDEX ETF
FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI
QLZ MOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES
LEGAL GEN FUTURE WRD CLIMATE CHANGE EQTY FACTORS IND FUND
VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND
COLONIAL FIRST STATE INVESTMENT FUND 50
PARAMETRIC TMEC FUND, LP
VARIABLE INSURANCE PRODUCTS FUND II: INTERNATIONAL
DEUTSCHE ASSET MANAGEMENT S.A. FOR ARERO - DER WEL
INVESTERINGSFORENINGEN NORDEA INVEST EMERGING MKTS E. KL
MSCI EQUITY INDEX FUND B - BRAZIL
SUNAMERICA SERIES TRUST SA EMERGING MARKETS EQUITY
MSCI ACWI EX-U.S. IMI INDEX FUND B2
FIDELITY CONCORD STREET TRUST: FIDELITY ZERO INT. INDEX FUND
WEST YORKSHIRE PENSION FUND
ISHARES (DE) I INVESTMENTAKTIENGESELLSCHAFT MIT TG
FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN
LVIP SSGA EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND
STICHTING JURIDISCH EIGENAAR ACTIAM BELEGGINGSFONDSEN
STICHTING BEDRIJFSTAKPENSIOENFONDS VOOR DE DETAILHANDEL
AVIVA I INVESTMENT FUNDS ICVC - AVIVA I INTERNATIONAL I T F
VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T
SEI GLOBAL MASTER FUND PLC - THE SEI FACTOR ALLOCA
ARROWSTREET EMERGING MARKET ALPHA EXTENSION TRUST
KRANESHARES MSCI EMERGING MARKETS EX CHINA INDEX E
BLACKROCK MSCI ACWI EX USA DIVERSIFIED FACTOR MIX FUND
FIDELITY COVINGTON TRUST: F. E. M. M. ETF
PHILADELPHIA GAS WORKS PENSION PLAN
STICHTING PENSIOENFONDS WERK EN (RE)INTEGRATIE
CHUBB CORPORATION MASTER RETIREMENT TRUST
MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND
THE NEW ZEALAND GUARDIAN TRUST COMPANY LIMITED IN ITS CAPAC

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

ABERDEEN INVESTMENT FUNDS UK ICVC II - ABERDEEN EM
ARROWSTREET CAPITAL ESG GLOBAL EQUITY LONG/SHORT F
CCL Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND
GOLDMAN SACHS ETF TRUST - GOLDMAN SACHS EMERGING M
SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SP
ASSET MANAGEMENT EXCHANGE UCITS CCF
VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II
ISHARES ESG MSCI EM LEADERS ETF
1895 FONDS FGR
THIRD AVENUE TRUST, ON BEHALF OF THIRD AVENUE VALUE FUND
GUEPARDO PREVIDENCIA FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO
CCL Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND
GOTHAM CAPITAL V, LLC
BLK MAGI FUND
KAPITALFORENINGEN LD, SMART BETA-MANDAT
KAPITALFORENINGEN EMD INVEST, EMERGING MARKETS IND
CPPIB MAP CAYMAN SPC
LEGAL & GENERAL CCF
STICHTING PENSIOENFONDS PGB
THRIFT SAVINGS PLAN
KAPITALFORENINGEN PENSAM INVEST, PSI 3 GLOBALE AKTIER 3
ARERO - DER WELTFONDS -NACHHALTIG
BTG PACTUAL ESG FUNDO DE INDICE SP B3 BRAZIL ESG
FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES RVA EMB IV
DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM
MACKENZIE EMERGING MARKETS EQUITY INDEX ETF
JOHN HANCOCK TRUST COMPANY COLLECTIVE INVESTMENT T
NATIONAL EMPLOYMENT SAVINGS TRUST
RUNNER PIPE FIA
DESJARDINS RI EMERGING MARKETS - LOW CO2 INDEX ETF
LGPS CENTRAL GLOBAL MULTI FACTOR EQUITY INDEX FUND
IMCO EMERGING MARKETS PUBLIC EQUITY LP
SCOTTISH WIDOWS MANAGED INVESTMENT FUNDS ICVC -INT

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

MINEWORKERS PENSION SCHEME
BRITISH COAL STAFF SUPERANNUATION SCHEME
SQUADRA MASTER IVP FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES
INVESCO MSCI EMERGING MARKETS ESG UNIVERSAL SCREEN
RUSSELL INVESTMENTS CANADIAN DIVIDEND POOL
LGIASUPER TRUSTEE
MACQUARIE MULTI-FACTOR FUND
MACQUARIE TRUE INDEX EMERGING MARKETS FUND
KAPITALFORENINGEN INVESTIN PRO, VELLIV EMERGING MA
BTG PACTUAL B3 IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE
STICHTING JURIDISCH EIGENAAR ACHMEA INVESTMENT MAN
ASTER MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES G BDR NIVEL I
ASTER INSTITUCIONAL MASTER FIA
ASTER MASTER FIA Q
ASTER INSTITUCIONAL A FIA
LEGAL & GENERAL FUTURE WORLD ESG EMERGING MARKETS
ROYAL LONDON EQUITY FUNDS ICVC
THIRD AVENUE VARIABLE SERIES TRUST - THIRD AVENUE
SV4 EQUITY LLC
BLACKROCK BALANCED CAPITAL FUND, INC.
ALLSOLUTIONS - ALL BTG PACTUAL LATIN AMERICA EQUITY
QLZ LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO
ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI INDEX ETF
SV2 EQUITY LLC
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FO
GROUPEUR EQUITY L.L.C
SNAPPER EQUITY L.L.C
THE MASTER TRUST BANK OF JAP, LTD. AS TR. FOR MTBJ400045828
THE MASTER TRUST BANK OF JAP., LTD. AS TR. FOR MTBJ400045829
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS T. FOR MTBJ400045835
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRU FO MTBJ400045849
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TR FOR MUTB400045792
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. TRUSTEE MUTB400045794

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB4000
SQUADRA INST FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF
INVESTORS WHOLESAL EMERGING MARKETS EQUITIES TRUST
ARROWSTREET CAPITAL COPLEY FUND LIMITED
BTGP REF ANDROMEDA FMP DO FGTS CARTEIRA LIVRE
MBB PUBLIC MARKETS I LLC
CARDANO GLOBAL SUSTAINABLE EQUITY FUND
BTGP REF ABSOLUTO FMP DO FGTS CARTEIRA LIVRE
SCOTIA EMERGING MARKETS EQUITY INDEX TRACKER ETF
INVESCO GLOBAL EQUITY INCOME ADVANTAGE FUND
PUBLIC EMPLOYEES' LONG-TERM CARE FUND
AVIVA INVESTORS FUNDS ACS - AVIVA INVESTORS EMERGING MARKET
VOYA VACS INDEX SERIES EM PORTFOLIO
PANAGORA DYNAMIC FLEXIBLE EMERGING MARKET FUND
FIDELITY GLOBAL EX-U.S. EQUITY INDEX INSTITUTIONAL
THIRD AVENUE INTERNATIONAL VALUE FUND LP
SQUADRA PREV MASTER LO FUNDO DE INVESTIMENTO AES
BLACKROCK SUSTAINABLE ADVANTAGE GL EQUITY FD OF BLKRK FDS
3 ILHAS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
EMERGING MARKETS COMPLETION FUND, L.P.
BAYERNINVEST KAPITALVERWALTUNGSGESELLSCHAFT MBH FO
STICHTING DEPOSITARY APG EME MULTI CLIENT POOL
STAVANGER FIA IE
ALASKA COMMON TRUST FUND
ARROWSTREET (DELAWARE) L/S FUND L.P.
ISHARES MSCI EMERGING MARKETS QUALITY FACTOR ETF
INVESCO INVESTMENT MANAGEMENT LTD, ACTING AS MANAG
CONNOR CLARK & LUNN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
STICHTING PENSIOENFDSVOOR DE WONINGCORPOR.
NOW: PENSION TRUSTEE LIMITED IN ITS CAPACITY AS TR
ARROWSTREET CLARENDON TRUST FUND
LOCAL AUTHORITIES SUPERANNUATION FUND

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

POLICE AND FIREMEN'S RETIREMENT SYSTEM OF NEW JERS
GUEPARDO DIVIDENDOS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AES
STICHTING AHOLD DELHAIZE PENSIOEN
ASTER PREV A FIFE FIF ACOES RESP LTDA
SPDR S&P EMERGING MARKETS EX-CHINA ETF
GUEPARDO XINGU FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM ACOES
APPLE 401(K) PLAN
BTG PACTUAL TEVA IABR SELECTOR FUNDO DE INDICE
ALLIANZ GL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF ALLIANZGI-FONDS DSPT
AVIVA LIFE PENSIONS UK LIMITED
BLACKROCK ASSET MANAG IR LT I ITS CAP A M F T BKR I S FD
ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND
KAPITALFORENINGEN PENSAM INVEST, PSI 2 GLOBALE AKTIER 2
H.E.S.T. AUSTRALIA LIMITED
INVESTERINGSFORENINGEN AL INVEST, U AKTEIR, E AL I U A, E
BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR PENSION FUND
BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR RETIREMENT FUND
NEW YORK STATE COMMON RETIREMENT FUND
SAS TRUSTEE CORPORATION POOLED FUND
SBC MASTER PENSION TRUST
SHELL TR (BERM) LTD AS TR O SHELL OV CON P F
STATE OF WYOMING
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS
THE BOEING COMPANY EMPLOYEE RETIREMENT PLANS MASTER TRUST
VANGUARD EMERGING MARKETS SHARES INDEX FUND
VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F
ALUISIO MENDES DA ROCHA FILHO
RAFAEL FRAGATA DOS SANTOS
RONAN SOARES GONCALVES
ALCIDES ALBERTO DE CAMARGO
GLAUCO CHRISTOPHER MENDES
MIGUEL HLEBCZUK JUNIOR
THOMAS MAGNO DE JESUS SILVEIRA

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

RAPHAEL PONTES MEDEIROS
PEDRO BERNARDINELLI JR
EDUARDO CESAR SILVA DE ARAUJO
WALTER MASTROCOLA AIELLO
CELSO LUIS DE ANDRADE MEIRA
MAURI WOORD
MAURICIO SOUTO MOTA
MARCELO PRACANIA SERBOLONGHI
RODOLFO MOLNAR SILVA
CARLOS FONSECA AVILA
SERGIO DE MORAES
ANDRE MARINO KULLER
NILSON VIEIRA DE SOUZA
GUSTAVO NASSER MAZZO
MARCIO HENRIQUE TELES
ARTHUR DE CASTRO BARBOSA SIVIERO
JEFFERSON HOI YING LAU
ELDER SANTOS NAZARETH
ADMIR TADEU ROSSINI
FRANCISCO OLAVIO TEIXEIRA COUTINHO
WILMAR KLEEMANN
DIOGO MOLOSSI
PAULO RICARDO GADELHA VALENTE
ALEX SANDRO RODRIGUES LIMA
PAULO CESAR MARTINS VERARDI
EDERSON MARQUES LUIS
ALBINO DE JESUS GEGE
MATHAUS ALMEIDA DE SOUZA
LUCIANO DE OLIVEIRA BALADAO

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 33.256.439/0001- 39

NIRE 35.300.109.724

ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2025

MAPA DE VOTAÇÃO

Em atendimento à Resolução CVM 80/22, notadamente ao artigo 22, parágrafo 5º, e Artigo 33, parágrafo 4º, a Companhia informa abaixo as aprovações, rejeições e abstenções de cada deliberação tomada:

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Deliberar sobre o relatório e as contas dos administradores da Companhia, bem como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas, devidamente acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024:

Nº de votos a favor	800.104.114 ações 92,2 % dos acionistas presentes 71,7 % do capital social votante
Nº de votos contra	813.831 ações 0,1 % dos acionistas presentes 0,1 % do capital social votante
Nº de abstenções	66.890.381 7,7 % dos acionistas presentes 6,0 % do capital social votante

2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos da Proposta da Administração:

Nº de votos a favor	865.849.192 ações 99,8% dos acionistas presentes
---------------------	---

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

	77,6% do capital social votante
Nº de votos contra	32.654 ações 0,0% dos acionistas presentes 0,0% do capital social votante
Nº de abstenções	1.926.480 ações 0,2% dos acionistas presentes 0,2% do capital social votante

3. Fixar o número de membros a serem eleitos para o Conselho de Administração, nos termos da Proposta da Administração:

Nº de votos a favor	865.595.752 ações 99,7% dos acionistas presentes 77,6% do capital social votante
Nº de votos contra	286.123 ações 0,0% dos acionistas presentes 0,0% do capital social votante
Nº de abstenções	1.926.451 ações 0,2% dos acionistas presentes 0,2% do capital social votante

4. Eleger a chapa de membros do Conselho de Administração, nos termos da Proposta da Administração:

Nº de votos a favor	804.693.385 ações 92,7% dos acionistas presentes 72,1% do capital social votante
Nº de votos contra	59.662.973 ações 6,9% dos acionistas presentes 5,3% do capital social votante
Nº de abstenções	3.451.968 ações 0,4% dos acionistas presentes 0,3% do capital social votante

5. Caso um dos candidatos que compõem a chapa escolhida deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?

Nº de votos a favor	555.116.471 ações 64,0% dos acionistas presentes 49,7% do capital social votante
Nº de votos contra	309.220.127 ações 35,6% dos acionistas presentes 27,7% do capital social votante
Nº de abstenções	3.471.728 ações 0,4% dos acionistas presentes 0,3% do capital social votante

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

6. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos membros da chapa que você escolheu?

Nº de votos a favor	629.250.952 ações 72,5% dos acionistas presentes 56,4% do capital social votante
Nº de votos contra	60.506.044 ações 7,0% dos acionistas presentes 5,4% do capital social votante
Nº de abstenções	178.051.330 ações 20,5% dos acionistas presentes 16,0% do capital social votante

7. Deliberar sobre a fixação da remuneração da Administração, nos termos da Proposta da Administração:

Nº de votos a favor	841.717.108 ações 97,0% dos acionistas presentes 75,5% do capital social votante
Nº de votos contra	23.916.549 ações 2,8% dos acionistas presentes 2,1% do capital social votante
Nº de abstenções	2.174.669 ações 0,3% dos acionistas presentes 0,2% do capital social votante

8. Deliberar sobre a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do conselho de administração, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976:

Nº de votos a favor	2.431.326 ações 0,3% dos acionistas presentes 0,2% do capital social votante
Nº de votos contra	514.559.063 ações 59,3% dos acionistas presentes 46,1% do capital social votante
Nº de abstenções	350.817.937 ações 40,4% dos acionistas presentes 31,4% do capital social votante

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

9. Deliberar sobre a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976:

Nº de votos a favor	19.647.337 ações 2,3% dos acionistas presentes 1,8% do capital social votante
Nº de votos contra	473.864.644 ações 54,6% dos acionistas presentes 42,5% do capital social votante
Nº de abstenções	374.296.345 ações 43,1% dos acionistas presentes 33,6% do capital social votante

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Homologar a alteração do número de ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia quando da incorporação da totalidade das ações de emissão da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. pela Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2014:

Nº de votos a favor	866.910.123 ações 99,8% dos acionistas presentes 77,7% do capital social votante
Nº de votos contra	47.008 ações 0,0% dos acionistas presentes 0,0% do capital social votante
Nº de abstenções	1.930.886 ações 0,2% dos acionistas presentes 0,2% do capital social votante

2. Deliberar sobre a aprovação do aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de parte das reservas de lucros, sem a emissão de novas ações, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social atualmente vigente:

Nº de votos a favor	866.920.629 ações 99,8% dos acionistas presentes 77,7% do capital social votante
---------------------	--

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

Nº de votos contra	42.717 ações 0,0% dos acionistas presentes 0,0% do capital social votante
Nº de abstenções	1.924.671 ações 0,2% dos acionistas presentes 0,2% do capital social votante

3. Deliberar sobre as alterações de competências do Conselho de Administração previstas no artigo 27 do Estatuto Social para: (i) excluir a competência do órgão de aprovar acordos de acionistas de controladas dado que esta atribuição passou a ser responsabilidade dos Conselhos de Administração de cada controlada; e (ii) dar mais clareza e orientação nos temas relacionados a transações com partes relacionadas e endividamento com terceiros que não necessitam de aprovação prévia do Conselho de Administração da Ultrapar.

Nº de votos a favor	614.042.234 ações 70,7% dos acionistas presentes 55,0% do capital social votante
Nº de votos contra	252.918.986 ações 29,1% dos acionistas presentes 22,7% do capital social votante
Nº de abstenções	1.926.797 ações 0,2% dos acionistas presentes 0,2% do capital social votante

4. Aprovar a consolidação do Estatuto Social, de modo a refletir as alterações ora aprovadas:

Nº de votos a favor	866.921.176 ações 99,8% dos acionistas presentes 77,7% do capital social votante
Nº de votos contra	38.711 ações 0,0% dos acionistas presentes 0,0% do capital social votante
Nº de abstenções	1.928.130 ações 0,2% dos acionistas presentes 0,2% do capital social votante

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

**ANEXO II À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2025**

**ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
ESTATUTO SOCIAL**

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1º. A Companhia é uma sociedade de capital autorizado, denominada ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Parágrafo Único. A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, quando aplicável, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente).

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria, na agricultura e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações ou quotas de sociedades, bem como a prestação de serviços usuais de uma *holding* para gestão de negócios.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital Social e Ações

Artigo 5º. O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 7.987.099.839,90 (sete bilhões, novecentos e oitenta e sete milhões, noventa e nove mil, oitocentos e trinta e nove Reais e noventa centavos), dividido em

1.115.507.182 (um bilhão, cento e quinze milhões, quinhentas e sete mil, cento e oitenta e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedada a emissão de ações preferenciais e de partes beneficiárias.

§1º Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

§2º O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Artigo 6º. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 1.600.000.000 (um bilhão e seiscentos milhões) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

Artigo 7º. A subscrição e a integralização de ações de emissão da Companhia obedecerão aos critérios estabelecidos neste Artigo:

- a) até o limite do capital autorizado, a emissão, a quantidade, o preço e o prazo de integralização de ações a serem emitidas pela Companhia serão estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- b) a deliberação de aumento de capital para integralização em bens, que não sejam créditos em moeda corrente, será privativa da Assembleia Geral; e
- c) na emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência para os acionistas ou reduzir o prazo de seu exercício.

Artigo 8º. A Companhia poderá outorgar ações ou opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de ações ou opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados.

Artigo 9º. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

CAPÍTULO III

Assembleias Gerais

Artigo 10. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ordinariamente dentro dos 04 primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

§ 1º Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização em prazo maior.

§ 2º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência do Presidente e de indicação deste, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem este indicar. O Presidente da Mesa escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

§ 3º Caberá exclusivamente ao Presidente da Mesa, observadas as normas estabelecidas pelo presente Estatuto, a condução dos trabalhos relacionados à eleição de membros do Conselho de Administração, inclusive qualquer decisão relativa ao número de votos de cada acionista.

§ 4º Caso a Assembleia Geral seja realizada de forma presencial, os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após a sua instalação poderão participar da reunião, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.

Artigo 11. Para comprovação da qualidade de acionista, a Companhia poderá exigir, em prazo fixado no edital de convocação, documento de

identidade e comprovante expedido pela instituição depositária. Os acionistas representados por procuradores deverão disponibilizar as procurações dentro do mesmo prazo referido neste Artigo. As vias originais dos documentos ora referidos deverão ser exibidas à Companhia até a instalação da Assembleia Geral, se realizada de forma presencial.

§ 1º Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral mediante boletim de voto à distância, observado o disposto na regulamentação em vigor.

§ 2º A Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé, presumindo verdadeiras as declarações verossímeis que lhe forem feitas, vedada, contudo, a participação na Assembleia Geral de acionistas que não tenham apresentado a respectiva procuração outorgada a seus representantes, ou a declaração do custodiante, quando as ações constem como de titularidade da instituição custodiante.

Artigo 12. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto.

Artigo 13. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, com requisitos e assinaturas exigidas em lei.

Artigo 14. A Assembleia Geral fixará o montante da remuneração global, incluída eventual remuneração em ações, dos membros do Conselho de Administração e dos diretores.

§ 1º Observado o montante estabelecido pela Assembleia Geral, na forma do *caput* deste Artigo e as competências do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade previstas no Artigo 40 deste Estatuto, o Conselho de Administração fixará, considerada a proposta de referido Comitê, a remuneração a ser atribuída ao Diretor Presidente e aos demais membros da Diretoria.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração e os diretores poderão ter participação nos lucros na forma da lei.

CAPÍTULO IV

Administração – Normas Gerais

Artigo 15. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Parágrafo Único. A posse dos administradores, que independerá de caução, fica condicionada à sua adesão às políticas corporativas adotadas pela Companhia e à assinatura de termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 51 deste Estatuto.

CAPÍTULO V

Conselho de Administração

Seção I – Composição

Artigo 16. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 05 e, no máximo, 11 membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 anos, sendo permitida a reeleição.

§ 1º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§ 2º O Conselho de Administração adotará um Regimento Interno que disporá, dentre outras matérias que forem julgadas convenientes, sobre seu próprio funcionamento, direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais.

§ 3º Obedecidos os requisitos definidos em políticas corporativas da Companhia, somente podem ser eleitas para integrar o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, as pessoas que, além dos requisitos legais e regulamentares, tenham ilibada reputação, não ocupem cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ou de suas controladas, e não tenham, nem representem interesse conflitante com o da Companhia ou com o de suas controladas.

Artigo 17. A composição do Conselho de Administração terá obrigatoriamente a participação de, no mínimo, 1/3 ou 2, o que for maior, de Conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros independentes ser deliberada pela Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Único. Quando, em decorrência da observância da composição referida no *caput* deste Artigo, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Artigo 18. Os membros do Conselho de Administração que deixem de preencher, por fato superveniente ou desconhecido à época de sua eleição, os requisitos estabelecidos no Artigo 16 acima, devem ser imediatamente substituídos.

Parágrafo Único. A mesma providência prevista no *caput* deste Artigo deverá ser adotada caso algum dos Conselheiros independentes deixe de atender aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado e, por força disto, deixe de ser observado o número mínimo de Conselheiros independentes estabelecido no Artigo 17.

Seção II – Eleição

Artigo 19. Ressalvado o disposto no Artigo 20, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.

§ 1º Na eleição de que trata este Artigo, somente poderão concorrer as chapas: (a) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (b) que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

§ 2º O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração, disponibilizar na sede da Companhia declaração assinada por

cada um dos integrantes da chapa por ele indicada, contendo: (a) sua qualificação completa; (b) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, bem como qualificações profissionais e acadêmicas; e (c) informações sobre processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e processos disciplinares e judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, como também informação sobre penas eventualmente aplicadas, se for o caso, da existência de hipóteses de impedimento ou conflito de interesses previstas no Artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

§ 3º Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, com antecedência de, pelo menos, 05 dias em relação à data marcada para a Assembleia Geral, encaminhar ao Conselho de Administração declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no Parágrafo anterior, cabendo ao Conselho de Administração providenciar a divulgação imediata, por meio de aviso inserido no *website* de Relações com Investidores da Companhia e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a B3, da informação de que os documentos referentes às demais chapas apresentadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

§ 4º Os nomes indicados pelo Conselho de Administração ou por acionistas deverão ser identificados, em sendo o caso, como candidatos a Conselheiros independentes, observado o disposto no Artigo 17 acima, bem como o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

§ 5º A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

§ 6º Cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

Artigo 20. Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de

voto múltiplo, desde que o façam, no mínimo, 48 horas antes da Assembleia Geral.

§ 1º Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata o Artigo 19, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionista presente, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as declarações assinadas por estes candidatos, com o conteúdo referido no Parágrafo 2º do Artigo 19 deste Estatuto.

§ 2º Caso a Companhia venha a estar sob controle de acionista ou grupo controlador, conforme definido no Artigo 116 da Lei nº 6.404/76, acionistas representando 10% do capital social poderão requerer, na forma prevista no Parágrafo 4º do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76, que a eleição de um dos membros do Conselho de Administração seja feita em separado, não sendo aplicável a tal eleição as regras previstas no Artigo 19 acima.

Artigo 21. Caso seja eleito Conselheiro residente e domiciliado no exterior, sua posse fica condicionada à constituição de procurador, residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação em ação que venha a ser proposta contra ele, com base na legislação societária. O prazo de validade da procuração será de, pelo menos, 03 anos após o término do prazo de gestão do respectivo Conselheiro.

Artigo 22. O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, seu Presidente e seu Vice-Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos Conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência de vacância desses cargos.

Seção III – Reuniões e Substituições

Artigo 23. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 03 meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por quaisquer 02 Conselheiros.

§ 1º A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á por escrito, por meio de e-mail ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, e deverá conter, além do local, data e hora da reunião, a ordem do dia.

§ 2º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 03 dias de antecedência. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

§ 3º Em caso de urgência, o Presidente do Conselho de Administração (ou terceiro por ele designado) poderá convocar reunião do Conselho de Administração com prazo menor de antecedência que aquele previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, sendo certo que neste caso a reunião somente se instalará com a presença de, no mínimo, 2/3 dos membros eleitos.

§ 4º Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do Conselheiro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os Conselheiros serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata.

Artigo 24. Salvo o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 23, a reunião do Conselho de Administração instalar-se-á com a presença da maioria dos Conselheiros, sendo um deles o Presidente ou Vice-Presidente, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente ou na sua ausência, ao Vice-Presidente, além de seu voto, o de desempate.

Parágrafo Único. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente ou por outro membro do Conselho por ele indicado.

Artigo 25. Nenhum membro do Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou, de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente,

em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei.

Artigo 26. Ressalvada a hipótese de eleição dos Conselheiros por voto múltiplo, ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito novo Conselheiro para completar o mandato do substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.

Seção IV – Competência

Artigo 27. Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios e deliberar sobre as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da Companhia;
- b) eleger e destituir os diretores da Companhia, designando entre eles o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e fixar-lhes as atribuições;
- c) fiscalizar a gestão dos diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia;
- d) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-os à aprovação da Assembleia Geral;
- e) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e, considerada a proposta do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade nos termos do Artigo 40, Parágrafo Único, “b”, a remuneração individual da Diretoria;
- f) definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia e, sempre que julgar necessário, das sociedades sob seu controle, considerada a proposta do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade;

- g) outorgar ações e opções de compra de ações nos termos do Artigo 8º deste Estatuto;
- h) convocar as Assembleias Gerais;
- i) apresentar à Assembleia Geral chapa para eleição dos membros do Conselho de Administração na forma do Artigo 19 deste Estatuto;
- j) propor à Assembleia Geral a destinação do saldo do lucro líquido ajustado do exercício a que se refere a letra “c” do Parágrafo 1º do Artigo 53 deste Estatuto;
- k) aprovar o levantamento de demonstrações financeiras em períodos inferiores ao exercício social, a distribuição de dividendos com base em tais demonstrações financeiras ou de dividendos intermediários, bem como o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável;
- l) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;
- m) submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou dissolução da Companhia, bem como acerca de reforma deste Estatuto;
- n) autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- o) aprovar a emissão para subscrição pública, de notas promissórias comerciais pela Companhia ou por sociedades sob seu controle;
- p) aprovar (i) investimento ou projeto de investimento, (ii) aquisição ou alienação de participação societária, direta ou indireta, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação, (iii) aquisição ou alienação de bens para terceiros, (iv) outorga de garantias para terceiros, inclusive oneração de bens, e (v) endividamento com terceiros ou renúncia a direitos, propostos pela Companhia ou por suas controladas, sempre que o valor da operação exceder 5% do patrimônio líquido da Companhia, observados os limites e procedimentos estabelecidos nas políticas corporativas da Companhia. Transações com empresas que façam parte do grupo econômico da Ultrapar e que não infrinjam as políticas corporativas da Companhia não

dependerão de aprovação prévia do Conselho de Administração. Transações ordinárias de natureza de capital de giro no curso normal dos negócios, tais como risco sacado, antecipação de recebíveis e *forfait* não dependerão de aprovação prévia do Conselho de Administração;

- q) aprovar a celebração de acordos de acionistas pela Companhia;
- r) escolher e destituir os auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria e Riscos;
- s) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) eventuais alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado;
- t) aprovar as políticas corporativas, conforme propostas que lhe sejam submetidas pelos órgãos competentes; e
- u) deliberar sobre outras matérias não reguladas neste Estatuto, resolvendo os casos omissos.

Artigo 28. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) convocar a Assembleia Geral, sempre que deliberado pelo Conselho de Administração ou, excepcionalmente, por iniciativa própria, caso em que deverá comunicar a convocação, em seguida, aos demais Conselheiros;
- b) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- c) comunicar as datas das reuniões ordinárias e supervisionar os serviços administrativos do órgão; e
- d) transmitir as deliberações do Conselho à Diretoria e orientá-la em seu cumprimento.

Artigo 29. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos ocasionais e, em caso de vacância, substituí-lo até a data de eleição do novo titular.

CAPÍTULO VI

Diretoria

Artigo 30. A Diretoria será composta por até 08 diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, sem designação específica, com exceção do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Parágrafo Único. O prazo de gestão dos diretores, que continuarão no exercício dos cargos até eleição e posse de seus substitutos, será de 02 anos, permitida a reeleição.

Artigo 31. A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, observado o *quorum* de instalação de metade dos membros eleitos, cabendo ao Diretor Presidente, além de seu voto, o de desempate.

Artigo 32. Competirá à Diretoria a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do país ou do exterior, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

§ 1º Os atos que se destinem a produzir efeitos perante terceiros serão assinados por dois diretores em conjunto, ou um diretor e um procurador, ou dois procuradores, com poderes especiais.

§ 2º A Companhia poderá, por dois de seus diretores, constituir mandatários, especificando na procuração a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá um ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes da cláusula *ad judicium*, cuja validade poderá ser por prazo indeterminado.

§ 3º A Diretoria poderá, excepcionalmente, autorizar a representação da Companhia por um único diretor ou um procurador constituído especialmente, discriminando, na ata da reunião, a finalidade e limite dos poderes outorgados.

Artigo 33. Compete ao Diretor Presidente:

- a) dirigir, orientar e coordenar as atividades da Companhia;
- b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e
- c) representar a Companhia em juízo, ativa ou passivamente.

Artigo 34. Compete ao diretor que exercer a função de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação, além de exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 35. Os diretores sem denominação específica, além de suas atribuições estatutárias, desempenharão as atividades que lhes forem designadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 36. Os diretores substituir-se-ão reciprocamente, observado o seguinte:

- a) em caso de ausência e impedimento ocasional, por período de até 60 dias, do Diretor Presidente, caberá ao Presidente do Conselho de Administração indicar seu substituto entre os membros da Diretoria, devendo o diretor substituto exercer temporariamente as funções de Diretor Presidente até o retorno deste ou a próxima reunião do Conselho de Administração, o que ocorrer primeiro; e
- b) em caso de vacância de diretor, ele poderá ser substituído, até a próxima reunião do Conselho de Administração, por outro diretor apontado pelo Diretor Presidente.

CAPÍTULO VII

Órgãos Auxiliares da Administração

Artigo 37. A Companhia terá, obrigatoriamente, os seguintes comitês de assessoramento vinculados ao Conselho de Administração:

- a) Comitê de Auditoria e Riscos;
- b) Comitê de Pessoas e Sustentabilidade; e
- c) Comitê de Investimentos.

§ 1º Cada Comitê contará com um regimento interno próprio, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, para regular as questões relativas ao seu funcionamento e definir o papel de seu coordenador.

§ 2º O Conselho de Administração poderá criar comitês adicionais para o assessoramento da administração da Companhia, com objetivos específicos, designando os seus respectivos membros.

§ 3º Serão aplicáveis aos membros do Comitê de Auditoria e Riscos, do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade, do Comitê de Investimentos e dos demais comitês que venham a ser criados pelo Conselho de Administração, as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

Artigo 38. Observados os critérios estabelecidos a seguir, os Comitês serão compostos por no mínimo 03 membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 02 anos, coincidente com os mandatos dos Conselheiros.

§ 1º Nos casos de vacância de cargos de membro de quaisquer dos Comitês, competirá ao Conselho de Administração eleger a pessoa que deverá completar o mandato do membro substituído.

§ 2º Os membros dos Comitês poderão ser reconduzidos para sucessivos mandatos, exceto os membros do Comitê de Auditoria e Riscos, que exercerão seus cargos por, no máximo, 10 anos.

Artigo 39. O Comitê de Auditoria e Riscos deverá ser composto apenas por Conselheiros, sendo a maioria de membros independentes e ao menos 01 membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação aplicável da CVM.

§ 1º Para ser caracterizado como independente, o membro integrante do Comitê de Auditoria e Riscos deverá atender aos requisitos previstos na regulamentação aplicável da CVM, bem como aqueles previstos no Regulamento do Novo Mercado.

§ 2º O membro do Comitê de Auditoria e Riscos que deixar de exercer referido cargo, somente poderá voltar a integrar o Comitê após decorridos, no mínimo, 03 anos do final do mandato.

§ 3º Ao Comitê de Auditoria e Riscos competirá:

- a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, bem como propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes e a substituição de tais auditores independentes;
- b) analisar o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- c) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e as demonstrações financeiras;
- d) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, incluindo o acompanhamento e a avaliação da efetividade e a suficiência da estrutura de controles internos e dos processos de auditoria interna e independente da Companhia e de suas controladas, inclusive tendo em vista as disposições constantes do *Sarbanes-Oxley Act*, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;
- e) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, bem como manifestar-se sobre qualquer revisão de seu conteúdo, e ainda, assessorar o Conselho de Administração na definição dos níveis aceitáveis de risco;

- f) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas corporativas da Companhia, incluída a Política Corporativa de Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas;
- g) estabelecer procedimentos para recepção e tratamento de informações submetidas por quaisquer pessoas relativas ao alegado descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos, políticas e códigos internos, incluindo procedimentos para submissão confidencial ou anônima e assegurando a confidencialidade da informação;
- h) interagir com os demais órgãos competentes da Companhia, no sentido de receber e analisar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos, políticas e códigos internos; e
- i) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

Seção II – Comitê de Pessoas e Sustentabilidade

Artigo 40. O Comitê de Pessoas e Sustentabilidade terá maioria de Conselheiros em sua composição, sendo no mínimo 02 Conselheiros independentes.

Parágrafo Único. Ao Comitê de Pessoas e Sustentabilidade competirá:

- a) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor Presidente, e revisar periodicamente, os parâmetros e diretrizes e a consequente política de remuneração e demais benefícios a serem atribuídos aos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia, aos membros dos comitês e demais órgãos de assessoramento do Conselho;
- b) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor Presidente, a remuneração global dos administradores da Companhia, a ser submetida à Assembleia Geral, bem como proposta de remuneração individual da Diretoria;

- c) diligenciar para que a Companhia se prepare adequadamente e com a necessária antecedência para a sucessão de seus executivos, particularmente do Diretor Presidente e dos principais executivos;
- d) diligenciar e acompanhar as ações tomadas para garantir a adoção, pela Companhia, de um modelo de competências e liderança, atração, retenção e motivação, alinhado com seus planos estratégicos; e
- e) diligenciar e acompanhar as ações e metas propostas pela administração relacionadas à sustentabilidade das operações e ao desenvolvimento de seus temas materiais, bem como monitorar o seu cumprimento.

Seção III – Comitê de Investimentos

Artigo 41. O Comitê de Investimentos terá maioria de Conselheiros em sua composição.

Parágrafo Único. Caberá ao Comitê de Investimentos as seguintes atribuições:

- (a) avaliar e recomendar os investimentos relevantes, aquisições ou desinvestimentos da Companhia, nos termos das políticas adotadas pela Companhia; e
- b) acompanhar a estratégia de alocação de capital e a gestão de portfólio da Companhia definida pelo Conselho de Administração, incluindo operações de fusões e aquisições.

CAPÍTULO VIII

Conselho Fiscal

Artigo 42. O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, caso instalado pela Assembleia Geral na forma da Lei nº 6.404/76, será composto por 03 membros e igual número de suplentes com as atribuições, competências e remuneração previstos em lei, com mandato de 01 ano, admitida a reeleição.

§ 1º Uma vez instalado o Conselho Fiscal, a posse de seus membros, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que

contemplará sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 51 deste Estatuto.

§ 2º O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.

§ 3º Serão aplicáveis aos seus membros as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

CAPÍTULO IX

Ofertas Públicas

Seção I – Alienação de Controle

Artigo 43. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor, e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo Único. O adquirente do controle fica obrigado a, após a liquidação financeira da oferta pública a que se refere o *caput*, tomar as medidas cabíveis para recompor, nos 18 meses subsequentes, o percentual mínimo de ações em circulação previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Seção II – Aquisição de Participação Relevante

Artigo 44. Qualquer pessoa, acionista ou não, que, por conta própria ou em atuação conjunta com outra pessoa (“Adquirente de Participação Relevante”), venha a adquirir ou se tornar titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas, de ações de emissão da Companhia representativas de 20% ou mais do seu capital social (“Participação Relevante”), estará obrigado a efetivar uma oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais

acionistas pelo maior valor por ação pago pelo Adquirente de Participação Relevante nos 06 meses anteriores, devidamente atualizado pela Taxa SELIC.

§1º Será lícito ao Adquirente de Participação Relevante deixar de formular a oferta pública de que trata este Artigo desde que, cumulativa e tempestivamente: (a) comunique à Companhia sua intenção de utilizar a faculdade prevista neste Parágrafo em até 48 horas contadas do momento em que se tornar titular da Participação Relevante; e (b) aliene em bolsa de valores a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia que exceda a Participação Relevante, em até 30 dias úteis contados da data da notificação de que trata o item (a) deste Parágrafo.

§2º Para fins do cálculo do limite de 20% previsto no *caput* deste Artigo, excluem-se as ações em tesouraria detidas pela Companhia.

§3º A oferta de que trata este Artigo não será obrigatória caso algum acionista, acionistas unidos por acordo de voto registrado na Companhia, ou acionistas entre os quais haja relação de controle ou que estejam sob controle comum, sejam titulares de mais da metade do capital social no momento da aquisição da Participação Relevante, excluindo-se para efeitos deste cálculo as ações em tesouraria detidas pela Companhia.

§4º A obrigação de realizar oferta de que trata o *caput* deste Artigo não incidirá caso a obrigação de realizar a oferta de que trata o Artigo 43 seja aplicável.

Seção III – Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 45. O cancelamento do registro de companhia aberta deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações, por preço justo, a qual deverá observar os procedimentos e as exigências estabelecidas na Lei nº 6.404/76 e na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.

Artigo 46. A saída da Companhia do Novo Mercado, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deverá observar as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 47. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado e ressalvado o disposto no Artigo 48 abaixo, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado, para que suas ações passem a ter registro fora do Novo Mercado, deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos:

- a) o preço ofertado deverá ser justo, calculado de acordo com os parâmetros estabelecidos no Artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76 e na regulamentação aplicável da CVM; e
- b) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

Parágrafo Único. Para fins deste Artigo, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da oferta pública de aquisição de ações, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de companhia aberta para cancelamento de registro.

Artigo 48. A saída voluntária do Novo Mercado, de que trata o Artigo 47 acima, poderá ocorrer, independentemente da realização de oferta pública de aquisição de ações, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, que deverá ser instalada:

- a) em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do total das ações em circulação; ou
- b) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.

Parágrafo Único. A deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de ações, na forma do *caput* deste Artigo, deve ocorrer pela maioria

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.

Artigo 49. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei nº 6.404/76 ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta, e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 50. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO X

Do Juízo Arbitral

Artigo 51. A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissora, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no presente Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XI

Exercício Social

Artigo 52. O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 53. Levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras do exercício e após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício, 5% do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal, até que esta atinja a 20% do capital social.

§ 1º O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- a) 25% para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados;
- b) por proposta dos órgãos da administração, até 75% para a constituição da reserva para investimentos, com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Companhia, visando a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos; e
- c) o saldo terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral, observada a proposta do Conselho de Administração.

§ 2º A Companhia poderá levantar, além do balanço anual do exercício, balanços semestrais e ainda, em qualquer época, balanços extraordinários e o Conselho de Administração poderá, *ad referendum* da Assembleia Geral, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§ 3º Prescrevem em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 03 anos a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas.

(Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A.,
de 16.04.2025)

CAPÍTULO XII

Disposições Gerais

Artigo 54. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que funcionará durante o seu processamento.

Artigo 55. As atas de Assembleias Gerais, assim como as de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.